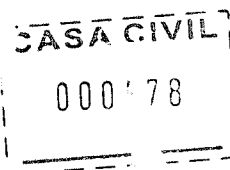


COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC

CONTRATO Nº 06/2009



**CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL QUE ENTRE SI CELEBRAM, A COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC E A EMPRESA CATEDRAL CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA.**

Pelo presente instrumento contratual, de um lado a **COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC**, pessoa jurídica de direito público, criada pela Lei Estadual n.º 6.517/74 e transformada em autarquia pela Lei Estadual n.º 11.027/94, inscrita no CGC sob n.º 76.416.916/0003-50, com sede à Rua Máximo João Kopp, n.º 274, Bloco 3, Santa Cândida, nesta Capital, neste ato, representada por seu Coordenador Sr. ALCIDINO BITTENCOURT PEREIRA e Diretora Presidente Sra. MARIA LETIZIA J. ABBATE FIALA, a seguir denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **CATEDRAL CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA.**, estabelecida na rua Comendador Jacques Van Erven, 538, Portão - Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 77.954.543/0001-72, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu sócio gerente, Sr. JOSÉ ANGELO TURRA, legalmente constituído na forma dos atos constitutivos, vêm por esta e melhor forma de direito, consoante os termos do Edital de **Concorrência Pública nº 01/2009**, regida pela Lei Estadual 15.608/07 e pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações e proposta da contratada datada de **29/07/2009**, estabelecer o que se contém nas cláusulas e condições a seguir :

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente contrato a execução de obras de infra-estrutura urbana da Região Metropolitana de Curitiba, no Município de Curitiba, de acordo com os Projetos Básicos de Engenharia fornecidos pela COMEC e demais Anexos deste Edital, tudo integrante do Programa de Integração do Transporte – PIT, referente à reforma e ampliação do Terminal de Transporte Coletivo do Cabral, com área de 2.986,54 m<sup>2</sup>

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

O objeto deste contrato será executado em regime de empreitada por preço global, com revisão de quantidades.



COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – COMEC

CASA CÍVIL

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR**

000479

Pela execução dos serviços ora contratados, a contratante pagará à contratada, o valor total de R\$ 3.658.019,56 (três milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, dezenove reais e cinquenta e seis centavos), em moeda corrente nacional.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta da dotação orçamentária nº **6731.15453061.347**, da Rubrica de despesa **4490.5102**, Fontes **103** e **120**, nos exercícios de sua realização, empenho nº 67310000900338 -1 e 67310000900339 -1

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

O prazo de conclusão de todos os serviços e obras, objeto do presente contrato, será de 210 ( duzentos e dez ) dias.

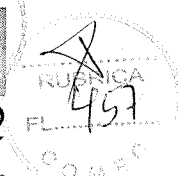
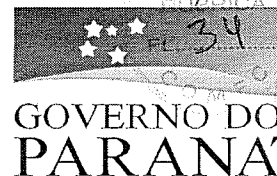
**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** – O início dos serviços se dará mediante a expedição de Ordem de Serviço, contando-se a partir dessa data, o prazo de execução supra referido.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** – Qualquer eventual prorrogação de prazo contratual, somente poderá ocorrer nos termos do art. 103, § 1º e §2º da Lei 15.608/07 e do art. 57, § 1º e § 2º, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA QUINTA: – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A Contratada obriga-se a:

- I) Entrega do Projeto Executivo, na forma descrita no item 8.1.2 do Edital.
- II) manter, na direção e responsabilidade técnica dos serviços e obras, o Engenheiro Civil Jorge Omar Gonzáles Samaniego, legalmente habilitado, CREA nº 24.121/D-PR, responsável técnico da obra que fica autorizado a representar a contratada em suas relações com a contratante em matéria de serviços técnicos de engenharia. A substituição do Responsável Técnico só poderá ocorrer por outro de igual lastro de experiência e capacidade e mediante aceitação da contratante. Deve também a Contratada manter na Gerência de Obras o Engenheiro Civil José Ângelo Turra, legalmente habilitado, CREA nº 76.515/D-PR.
- III) substituir em 48 (quarenta e oito) horas, o pessoal cuja presença no local dos serviços seja julgada inconveniente pela contratante, inclusive o responsável técnico, conforme o inciso anterior;



## COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – COMEC

CASA CIVIL

000480

- IV) promover a organização técnica e administrativa dos serviços, objeto deste contrato, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com o Edital;
- V) conduzir os serviços em estrita observância com as normas da legislação federal, estadual e municipal, cumprindo as determinações da contratante e dos poderes públicos, mantendo o local dos serviços nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- VI) por imperativo de ordem e segurança, obriga-se a prover a obra com sinalização diuturna, colocando no local dos trabalhos, a partir do dia em que estes forem iniciados, tapumes e cavaletes, bem como placas indicativas da obra, sem ônus algum para a COMEC. No caso específico de serviços que interfiram com o tráfego de rodovias ou vias urbanas, promover e manter às suas expensas, os desvios de tráfego e sinalizações de acordo com as exigências do DNIT (no caso de rodovias federais), do DER (no caso de rodovias estaduais) e da respectiva Prefeitura Municipal (no caso de outras vias urbanas);
- VII) manter no local dos serviços quadro completo de todos os documentos técnicos para uso exclusivo da contratante, bem com um livro "Diário de Obra", para o registro sistemático e objetivo de todos os eventos ocorridos no âmbito da obra;
- VIII) manter um escritório com capacidade técnica, jurídica e administrativa, em Curitiba/PR, para todos os entendimentos que se fizerem necessários durante o transcurso dos serviços e obras;
- IX) dispor de laboratório montado no local dos serviços e equipado para a contratante realizar as verificações quando julgar necessário, conforme item 16.21 do Edital;
- X) Promover a recuperação ambiental, que consiste no mínimo em terraplenagem, drenagem e cobertura vegetal das áreas de empréstimo, bota-fora e das instalações industriais da obra, sem ônus algum para a COMEC e de acordo com as exigências da legislação ambiental;
- XI) realizar, as suas expensas, os controles tecnológicos, geométricos e geotécnicos, de acordo com o item 16.21 do Edital;
- XII) responder, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento deste contrato venha, direta ou

GOVERNO DO  
PARANÁ

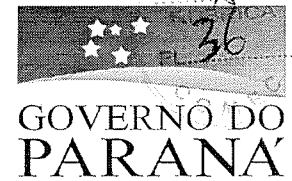
CASA CIVIL

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – COMEC

000481

indiretamente, provocar por si ou por seus prepostos à contratante e/ou terceiros, sem prejuízo das demais cominações aqui estipuladas;

- XIII) comunicar de imediato, por escrito, à contratante, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- XIV) prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela contratante, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso a qualquer tempo, ao local dos serviços e obras, bem como aos documentos relativos aos serviços;
- XV) paralisar o serviço e/ou obra que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em riscos a segurança de pessoas ou bens de terceiros por determinação da contratante;
- XVI) assumir, integral e exclusivamente, todas as responsabilidades no que se refere às obrigações fiscais, comerciais, civis, trabalhistas e previdenciárias, inclusive no que diz respeito às normas de segurança no trabalho, prevista na legislação específica, bem como os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto desta licitação, nos termos do § 1º do art. 121 da Lei 15.608/07 e do § 1º, do Artigo 71, da Lei nº 8.666/93.
- XVII) quando necessário, tomar providências junto às concessionárias de energia elétrica, saneamento e junto às empresas de telecomunicações e distribuição de gás e outras concessionárias ou prestadoras de serviços, sem ônus para a contratante;
- XVIII) comunicar por escrito qualquer variação da condição local não prevista nos projetos de engenharia para que a contratante providencie as alterações do projeto e estabeleça critérios para a medição dos serviços;
- XIX) responsabilizar-se pelo controle de qualidade dos serviços executados e materiais empregados nas obras, de acordo com o item 16.16 do Edital, podendo, a Contratante, realizar verificações quando julgar necessário;
- XX) dispor de máquinas e equipamentos adequados e necessários a execução dos serviços, conforme relação ANEXO XX do Edital, que deverão estar em perfeitas condições de uso e substituir, a critério da contratante, aqueles que por ela forem julgados inadequados, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;
- XXI) promover, sempre que necessário, a relocação ou desvio provisório de redes de infra-estrutura de serviços públicos, de acordo com as exigências dos concessionários, sem ônus algum para a COMEC;



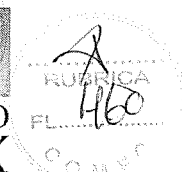
## COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – COMEC

- XXII)** uma vez iniciados os serviços, somente poderá retirar equipamentos da obra, mediante prévia solicitação e expressa aprovação da Contratante;
- XXIII)** corrigir, às suas expensas, todos os defeitos imputáveis a contratada e verificados nos serviços e obras;
- XXIV)** iniciar os serviços a partir da expedição da respectiva Ordem de Serviço;
- XXV)** manter nos serviços e obras, a equipe técnica indicada na fase habilitatória da licitação, suprir, cada setor das obras, de pessoal qualificado, em quantidade compatível com as necessidades dos serviços, bem como, suprir de maior número de pessoal qualificado o setor que a contratante julgar adequado, este último no máximo em até 48 (quarenta e oito) horas;
- XXVI)** somente substituir os membros da equipe técnica descritos no inciso acima e na alínea "b" do item 9.4 do Edital, após expressa autorização da contratante;
- XXVII)** pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir do Termo de Recebimento Definitivo, reparar, corrigir, reconstruir ou substituir, no total ou em parte, os serviços e obras, objeto deste contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, sendo, ainda, responsável pela segurança e solidez dos trabalhos executados;
- XXVIII)** proceder a guarda, defesa e vigilância dos canteiros das obras ou dos serviços, dos materiais, das máquinas e dos equipamentos a serem utilizados e empregados no local das obras e serviços;
- XXIX)** manter, durante todo o período da vigência contratual, as condições de habilitação jurídica, técnica, fiscal e econômico-financeira exigidas no Edital, sob pena de rescisão contratual;
- XXX)** após a conclusão de todos os serviços e obras, objeto deste contrato, manter e operar, até a expedição do Termo de Recebimento Definitivo, uma equipe de conservação, compatível com a dimensão e características da obra definida em comum acordo com a fiscalização. a Contratada será responsável pela manutenção dos acessos às propriedades e atividades lideiras às obras contratadas, sem ônus para a COMEC.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A Contratante obriga-se a:

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – COMEC  
Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 3 - Santa Cândida - CEP 82.630-900 - Curitiba - Paraná  
Telefones: (41) 3351-6500 Fax (41) 3351-6502 - e-mail: [comcec@pr.gov.br](mailto:comcec@pr.gov.br)

GOVERNO DO  
PARANÁ

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC

CASA CIVIL

000482

- I) efetuar o pagamento dos serviços prestados pela contratada, de acordo com o estabelecido na Cláusula Oitava deste Contrato.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A CONTRATANTE poderá, a qualquer momento da contratação, fornecer à Contratada cimento Portland e cimento asfáltico de petróleo necessário à execução de pavimento e obras de arte especiais, nesse caso serão feitas as deduções no valor contratual, observando a composição de custo dos serviços onde o insumo foi utilizado, tudo mediante Termo Aditivo

### CLÁUSULA SETIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL

Nos termos do art. 102 da Lei 15.608/07 e do art. 56 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e dos dispositivos constantes no Edital, a Contratada presta neste ato, a título de garantia contratual Carta Fiança nº 621485, do Banco Pottencial S/A, no valor de R\$ 182.900,98 (cento e oitenta e dois mil, novecentos reais e noventa e oito centavos, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor descrito na Cláusula Terceira deste instrumento, a qual possui prazo de vigência até 22/07/2010.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** - Em caso de acréscimo dos serviços, a contratada deverá complementar na data da assinatura do respectivo Termo Aditivo, a garantia contratual, até atingir o percentual estipulado no "caput" desta cláusula. Fica estabelecido que, independentemente dos pagamentos já efetuados pela contratante, os acréscimos - para efeito do valor do depósito da garantia contratual - serão somados ao valor descrito na Cláusula Segunda, isto é, os pagamentos realizados não serão abatidos do valor total deste contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** - A forma de complementação da garantia descrita no § 1º desta cláusula, também se aplica em qualquer hipótese de reajustamento do valor contratual, quer seja o anual previsto na legislação, ou outro que, futuramente, venha a incidir.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** - No caso da prestação da garantia ser efetuada sobre a modalidade de seguro-garantia, a contratada se obriga a:

- a) comunicar a seguradora, para aprovação de sua apólice, as alterações contratuais;
- b) fazer com que o valor coberto pela apólice esteja plenamente indexado ao contrato;
- c) pagar junto a seguradora, na hipótese de reajustamento monetário ser superior ao estabelecido na respectiva apólice, os



## COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – COMEC

valores adicionais, de modo a permitir que os valores das obrigações seguradas mantenham a mesma variação prevista neste contrato;

- d) fazer com que a apólice vigore por todo o período de vigência contratual e somente venha a extinguir-se com o cumprimento integral de todas as obrigações oriundas deste contrato e de seus aditamentos;
- e) constituir em documento único, reunindo todas as apólices, quando necessária a formalização de garantias adicionais resultantes de acréscimos dos serviços e obras.

**PARÁGRAFO QUARTO:** - A garantia contratual será liberada ou restituída à contratada em até 05 (cinco) dias úteis após a apresentação do Termo de Recebimento Definitivo, devidamente assinado pelas partes presentes neste instrumento.

**CLÁUSULA OITAVA: – DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL**

A contratada obriga-se, às suas expensas, contratar junto à seguradora de sua preferência, Seguro de Responsabilidade Civil Geral, modalidade Obras Civas, que garanta danos causados a terceiros (materiais, pessoais e propriedades), em decorrência da execução dos serviços e obras, objeto deste contrato.

- § 1º -A importância segurada na apólice deverá estar indexada na forma prevista neste instrumento, pagando os valores adicionais, se for o caso;
- § 2º -O prazo de validade da apólice deverá ser igual ou superior ao prazo de vigência do presente instrumento e de seus aditamentos;
- § 3º -A contratada fará a reintegração da importância segurada em seus valores originais, sempre que houver pagamento, pela seguradora, de indenizações;
- § 4º -O valor da garantia de indenização previsto na apólice não deverá ser inferior à 5% do valor do contrato;
- § 5º -A contratada fará constar do objeto da apólice o pagamento de indenizações, pelo(s) ato(s) ou acidente(s) provocado(s) por sua(s) subcontratada(s); não sendo possível, obrigar-se-á a contratar outro seguro em nome da subcontratada, sem prejuízo do seguro disposto neste inciso, em valores proporcionais ao estabelecido no § 4º acima, com os serviços e obras a serem executados pela subcontratada. Esta apólice deverá ser entregue a



## COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – COMEC

CASA CÍVIL

contratante, antes do início de qualquer execução de serviços pela subcontratada; 000484

- § 6º -A minuta da apólice deverá ser previamente analisada e devidamente aprovada pela contratante;
- § 7º -A contratada entregará a Apólice do Seguro descrito no "caput" desta cláusula, em até 15 (quinze) dias da data da assinatura deste instrumento contratual;
- § 8º -Se a contratada não providenciar o seguro no prazo acima estipulado, a contratante deverá fazê-lo, efetuando o pagamento dos respectivos prêmios, que serão debitados da contratada.

**CLÁUSULA NONA: – DO PAGAMENTO**

Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em moeda corrente nacional, contra apresentação das faturas correspondentes às medições dos serviços

executados nos períodos, após a verificação e aceitação dos mesmos pela Fiscalização para esse fim designada.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** - A Contratada fará requerimento solicitando o pagamento, anexando medição, nota fiscal e fatura discriminativa, em 02 (duas) vias emitidas sempre entre o 1º (primeiro) e 8º (oitavo) dia do mês subsequente ao da medição.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** - A COMEC no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a aceitação dos serviços referidos na respectiva fatura pela Fiscalização, efetuará o pagamento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** -A empresa contratada, por ocasião do(s) faturamento(s) da(s) mesma(s), deverá, obrigatoriamente, comprovar o recolhimento dos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, de forma que venha a ser elidida a responsabilidade solidária desta Coordenação, considerando-se o que dispõe o art. 121 da Lei 15.608/07 e o parágrafo 2º, do Artigo 71, de Lei nº 8.666/93, com alteração introduzida pela Lei nº 9.032, de 28.04.95, além da comprovação da regularidade fiscal, conforme determinação da resolução conjunta nº 002/2007 – PGE/SEFA.





## COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – COMEC

**PARÁGRAFO QUARTO:** - O pagamento será efetuado através de depósito na conta corrente bancária nº 88145-7 agência 3285-9, banco nº 237, da instituição financeira Banco Bradesco S/A, em nome da contratada.

CASA CIVIL  
000485

**CLÁUSULA DÉCIMA: – DAS MEDIÇÕES**

As medições dos serviços executados será realizada entre os dias 25 e 30 de cada mês e deverão ser aprovadas pela contratante ou por pessoa por ela indicada, até 05 (cinco) dias úteis após sua apresentação.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** - Para obtenção do valor de cada medição será observado o seguinte procedimento:

- a) Os valores dos itens de serviços executados, serão calculados mediante a multiplicação das quantidades medidas pelos respectivos preços unitários, aplicando-se o percentual de desconto apresentado na proposta da contratada;
- b) O valor total de cada medição será obtido pelo somatório dos valores dos itens de serviços medidos no respectivo mês calendário;
- c) A contratada emitirá fatura com base nas medições aprovadas pela contratante ou por pessoa por ela indicada.
- d) Nas medições mensais deverão ser consideradas a totalidade dos serviços executados.
- e) Eventuais diferenças de quantidades executadas a maior em relação ao constante da planilha orçamentária (**ANEXO V**) bem como os serviços não constantes na referida planilha, serão medidos desde que justificados e autorizados previamente pela contratante e lavrado o respectivo Termo Aditivo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** – Por ocasião da 1ª Primeira medição, a contratada deverá apresentar à contratante, a Matrícula específica da obra, objeto do presente contrato, junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: – -DO ACRÉSCIMO E DA SUPRESSÃO**

A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições previstas neste instrumento contratual e nos valores constantes de sua proposta, o(s) acréscimo(s) ou supressão(ões) que se fizer(em) necessário(s), desde que autorizado(s) expressamente pela



## COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – COMEC

contratante, dos serviços e/ou obras em até 25% (vinte e cinco por cento), do valor descrito na cláusula segunda deste contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:-** Em caso de acréscimo ou supressão, a contratada deverá justificar e especificar em planilha própria, os serviços que darão origem à alteração, acompanhados dos seus valores, que farão parte integrante do Termo Aditivo a ser lavrado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** - Caberá à Contratante, no caso do acréscimo ser necessário para execução dos serviços que não constem originalmente na planilha de custos unitários, proceder de acordo com o disposto no item 15.9 do Edital de licitação ou, na impossibilidade deste procedimento, e a seu exclusivo critério, realizar pesquisa junto ao mercado, para estabelecer em comum acordo com a Contratada os preços a serem praticados.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: – DO REAJUSTAMENTO MONETÁRIO**

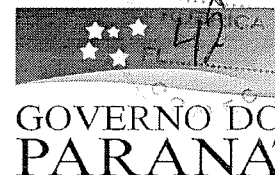
O valor contratual somente sofrerá reajuste de preço após completar o período de um ano, contado a partir da data limite para apresentação da proposta na licitação. O índice a ser aplicado para o reajustamento é o constante no Anexo VI do Edital.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** - Para efeito da aplicação do reajustamento, considerar-se-á o valor descrito na Cláusula Segunda, abatidos todos os pagamentos realizados pela contratante, isto é, o reajustamento somente se aplica sobre o saldo que houver a pagar à contratada.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** - Em havendo acréscimo ou supressão dos serviços durante o transcurso do contrato, somar-se-á ou subtrair-se-á, conforme o caso, do valor descrito na Cláusula Segunda o valor consignado no respectivo Termo Aditivo, aplicando-se supletivamente o disposto no parágrafo primeiro acima.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** - Não será computado, para efeito de reajustamento de preços, qualquer período de atraso imputável à contratada, devendo prevalecer as datas previstas para execução dos serviços no cronograma. Neste caso, para efeito do cálculo do reajuste, subtrair-se-á o período do atraso do período para reajuste contratual.

**PARÁGRAFO QUARTO:** - Para efeito do reajustamento de preços, os períodos de atrasos justificados serão aceitos pela contratante, desde que apresentados na ocasião das respectivas ocorrências. Não serão



## COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – COMEC

considerados os períodos de atrasos fundamentados em greve, em ocorrências não aceitas pela contratante e os apresentados intempestivamente.

CASA CIVIL  
000487

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: – DA FISCALIZAÇÃO**

A contratante, deverá designar responsável, pessoa física ou jurídica, para efetuar o acompanhamento, fiscalização e controle dos serviços e obras, objeto deste contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** - A contratada deverá aceitar os métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, quer seja exercida pela contratante ou pessoa por esta designada, obrigando-se a fornecer todos os dados, relação de pessoal, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações para o bom desempenho dos trabalhos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** - A contratada deverá, perante a fiscalização, prestar todas as informações a assistência requerida, manter o acesso ao local dos serviços e obras em qualquer fase, sujeitar-se à inspeção dos serviços e obras e acatar as decisões técnicas da fiscalização.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** - A contratada deverá atender as manifestações e/ou determinações da fiscalização, acatando as notificações expedidas, bem como, qualquer outra determinação com relação à execução contratual, sob pena de concretização de inexecução contratual.

**PARÁGRAFO QUARTO:** - O acompanhamento, fiscalização e controle efetuados pela contratante ou pessoa por ela designada, não exime a contratada da responsabilidade exclusiva pela boa execução dos serviços e obras.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: – DA SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL**

Fica desde já acordado, que perante este instrumento contratual, o Edital e seus anexos, a contratada é a única responsável pelos serviços e obras executados por suas subcontratadas, incidindo sobre a mesma a aplicação de qualquer penalidade prevista pelo descumprimento das obrigações assumidas.

§ 1º -A pessoa, física ou jurídica, que venha a ser subcontratada, deverá atender no mínimo, às seguintes exigências:

I) - não haver sido declarada suspensa do direito de licitar perante a Administração;



## COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – COMEC

II) - não haver sido declarada inidônea perante a Administração Pública;

III) - não haver sido pedida ou declarada sua falência.

CASA CIVIL

000488

§ 2º -A inobservância pela contratada das disposições previstas nesta cláusula, asseguram à contratante o direito de rescisão contratual, sujeitando-se, a contratada, às penalidades descritas neste instrumento contratual, bem como na legislação pertinente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: – DA SUSPENSÃO E PARALISAÇÃO**

Reserva-se a contratante, o direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo a execução dos serviços contratados, desde que haja conveniência para o Estado devidamente autorizada e fundamentada. Se isso vier a ocorrer, a empresa contratada terá direito a receber os serviços efetivamente executados e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei 15.608/07 e na Lei nº 8.666/93.

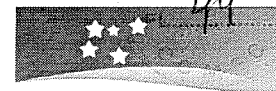
**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS E OBRAS**

Os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, relativos a execução das obras e serviços, serão lavrados em instrumento próprio, assinados pelas partes e farão parte integrante deste contrato, nos termos do art. 123, inciso I, alíneas "a" e "b" , parágrafos 2º, 3º e 4º da Lei nº 15.608/07 e do art. 73, inciso I, alíneas "a" e "b" , parágrafos 2º, 3º e 4º da Lei nº 8666/93.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:-** Ao término das obras, nos prazos descritos no caput da cláusula terceira, a contratada deverá solicitar, por escrito, protocolado no departamento competente da contratante, o recebimento das mesmas, devendo as partes no prazo de 15 (quinze) dias da solicitação assinar o Termo de Recebimento Provisório.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:-** O Termo de Recebimento Provisório somente será lavrado se todos as obras e serviços estiverem concluídos e aceitos pela contratante e, quando em contrário, será lavrado o Termo de Não Recebimento pela contratante, especificando as razões do ato. Neste caso, deverá a contratada, após atendidas todas as exigências, solicitar novamente o recebimento dos serviços.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:-** No prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data da assinatura do Termo de Recebimento Provisório, do cumprimento de todas as obrigações estabelecidas neste contrato, lavrar-se-á o Termo de Recebimento Definitivo que deverá ser assinado pelas partes.



GOVERNO DO  
PARANÁ

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – COMEC 000489

**PARÁGRAFO QUARTO:** - Para assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, a contratada deverá apresentar a Certidão Negativa de Débito - CND do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, referente às obras e serviços e o Certificado de Regularidade de Situação - CRS perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

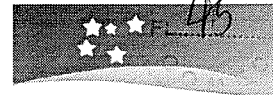
**PARÁGRAFO QUINTO:** - O recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela perfeita execução dos serviços e obras descritos neste contrato, pela solidez e segurança da obra ou serviço, nem mesmo a ético-profissional e outras previstas em lei.

**PARÁGRAFO SEXTO:** - A expedição do Termo de Recebimento Definitivo ficará condicionada à apresentação pela contratada, em um prazo máximo de 15 (quinze) dias após a emissão pela fiscalização da COMEC do Termo de Recebimento Provisório, dos projetos de “AS BUILT” (como construído), referente a todas as modificações e complementações ocorridas durante a execução da obra em relação ao projeto original, de acordo com as normas do DER/PR, SEOP/DECOM e ABNT.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA: – DAS PENALIDADES

Sem prejuízo das sanções previstas no art. 150 da Lei 15.608/07 e no art. 87 da Lei nº 8.666/93 alterada pela Lei nº 8.883/94, a contratada em caso de mora ou inadimplemento de suas obrigações, ficará sujeita as seguintes penalidades :

- I) - Multa moratória de 0,5% (meio por cento) ao dia de atraso na entrega parcial ou total, dos serviços e obras, contados a partir da data da comunicação, a ser calculada sobre o valor total do contrato, considerando-se, ainda, para efeito de cálculo da multa, o previsto na Cláusula Quinta deste contrato;
- II) - Multa de 10% (dez por cento) pela inexecução total ou parcial, dos serviços e obras, objeto deste contrato, a ser calculada sobre o valor total do contrato, considerando-se, ainda, para efeito do cálculo da cominação, o previsto na Cláusula Décima deste contrato;
- III) - Advertência por escrito;
- IV) - Declaração de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração, de acordo com o disposto no art. 150, II da Lei 15.608/07 e no art. 87, III da Lei nº 8666/93;



GOVERNO DO  
PARANÁ  
CASA CIVIL

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC 000490

V) - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, conforme preceitua o art. 150, IV da Lei 15.608/07 e o art. 87, IV da Lei nº 8666/93;

VI) – Proibição de contratar com a Administração Pública pelo período de até 3 (três) anos, conforme preceitua o art. 150, III da Lei 15.608/07 e o art. 72 § 8º, V da Lei federal nº 9.605/98.

§ 1º -A contratada deverá efetuar o pagamento de qualquer multa contratual, perante a tesouraria da contratante, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da intimação do atraso e da ciência do valor da comunicação (consubstanciados em somente um documento) sob pena de rescisão contratual;

§ 2º -A Contratante, cumulativamente, poderá reter:

a) todo e qualquer pagamento até que seja cumprida integralmente, pela contratada, a obrigação em atraso;

b) todo e qualquer pagamento até o efetivo adimplemento da multa;

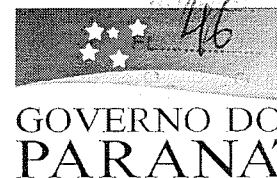
b.1 E/ou, abater diretamente do pagamento a ser efetuado à contratada, o valor da cominação;

b.2 E/ou, indenizar-se diretamente através da garantia contratual descrita na Cláusula Sexta deste contrato;

c) Nos casos das cominações aplicáveis serem descontadas do valor da garantia contratual, a contratada deverá no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da comunicação do feito, recompor o valor original, sob pena de rescisão contratual. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá, a contratada, pela diferença devida, que em caso de não pagamento será rescindido o contrato e a dívida cobrada judicialmente;

d) No caso de reincidência no descumprimento da obrigação, a contratante poderá, a seu exclusivo critério, aplicar em dobro o percentual estipulado no § 1º acima, ou rescindir o contrato;

e) As multas aqui previstas são de caráter moratório, não eximindo a contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar a COMEC.



COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA – COMEC CASA CIVIL

000491

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

A rescisão contratual poderá ocorrer da seguinte forma :

- I) - determinada por ato unilateral da contratante, aplicáveis, no que couber, os casos enumerados no art. 129 da Lei 15.608/07 e no art. 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94;
- II) - amigavelmente, mediante acordo entre as partes e mediante autorização fundamentada por escrito, pela autoridade competente;
- III) - nos demais casos previstos neste contrato.

§ 1º -Em caso de rescisão contratual, sem que haja a culpa da contratada, nos motivos enumerados no art. 129 da Lei 15.608/07 e no art. 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, a mesma será ressarcida dos prejuízos que porventura tenha sofrido, desde que devidamente comprovados.

§ 2º -A rescisão contratual de que trata o art. 129 da Lei 15.608/07 e o art.78, I da Lei 8.666/93 acarretará as conseqüências previstas no art. 131 da Lei 15.608/07 e no art.80 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94.

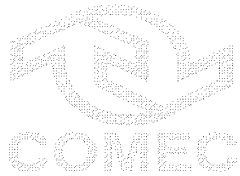
§ 3º -No caso de rescisão contratual por culpa da contratada, será aplicada a multa descrita no inciso II da Cláusula Décima Segunda, sem prejuízo das demais penalidades estipuladas neste contrato e das perdas e danos imputáveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA: – DA NOVAÇÃO**

A tolerância por parte da COMEC, de caráter excepcional, com relação ao descumprimento pela Contratada, das obrigações legais e contratuais, assim como, as transigências tendentes a facilitar a regularização de eventuais ocorrências, não constituirão novação.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA: – DA ALTERAÇÃO**

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará válida se realizada nos termos da Lei nº 15.608/07 e Lei nº 8.666/93, e previstas através de Termo Aditivo

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: – DO CONTROLE**

A CONTRATADA admite e reconhece à COMEC, o direito de controle administrativo do presente Contrato, sempre que assim exigir o interesse público.

§ 1º- Compreende-se como controle administrativo deste Contrato, o direito da COMEC supervisionar, acompanhar, fiscalizar a sua execução a fim de assegurar a fiel observância de suas Cláusulas e a realização do seu objeto, principalmente quanto ao aspecto técnico dos serviços.

§ 2º- Sempre que se verificar a conveniência de melhor adequação dos serviços ao interesse público ou da Administração, a COMEC poderá unilateralmente alterar ou modificar o presente Contrato quer quanto às suas Cláusulas secundárias ou essenciais; entretanto, se em decorrência dessa alteração ou modificação for atingida a Cláusula econômica ou de preços, deverá proceder os reajustes que se fizerem necessários para manter o equilíbrio financeiro inicial do Contrato.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: – DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência deste contrato é de 120 dias acrescidos ao prazo de execução, previsto na Clausula Quarta do presente contrato.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 15.608/07 e na Lei nº 8.666/93.e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de direito privado.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- I) - Todas as comunicações a serem efetuadas entre as partes, deverão ser por escrito e protocoladas;
- II) - Em caso de processos judiciais movidos pela contratante (autora), a contratada fica obrigada, além das penalidades previstas neste contrato, do pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, das custas judiciais e honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento);





CASA CIVIL  
000493

COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC

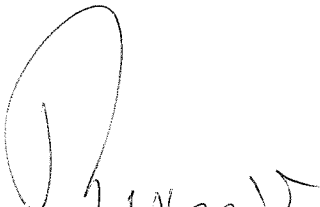
moratórios de 1% (um por cento) ao mês, das custas judiciais e honorários advocatícios fixados em 20% (vinte por cento);

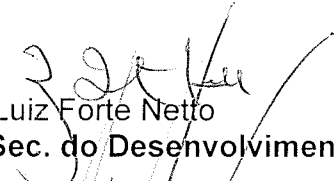
**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: - QUARTA - DO FORO**


Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, para dirimir as dúvidas que por ventura venham a existir.

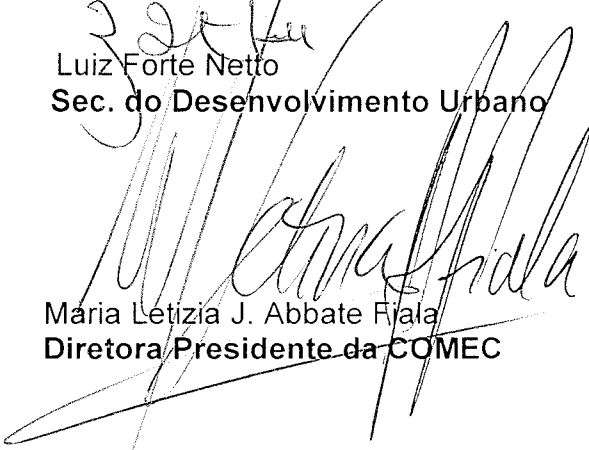
E por estarem justas e contratadas, assinam o presente em duas vias de idêntico teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Curitiba, 31 de agosto de 2009.


  
Roberto Requião  
Governador do Estado

  
Luiz Forte Netto  
Sec. do Desenvolvimento Urbano


  
Alcidino Bittencourt Pereira  
Coordenador da RMC

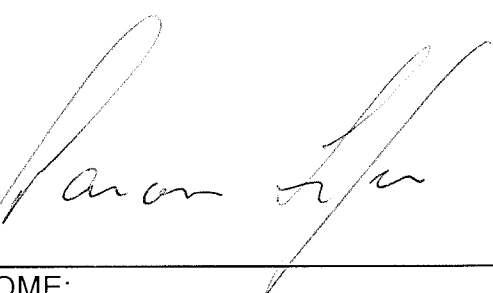
  
Maria Letizia J. Abbate Fiala  
Diretora Presidente da COMEC

**CONTRATADA**

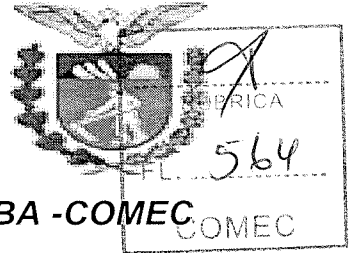
  
José Ângelo Turra  
Sócio da Empresa

**TESTEMUNHAS:**

1.   
NOME:

2.   
NOME:

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO-SEDU**



**COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA -COMEC**

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

**AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL PROTOCOLO:**  
7.613.198-8.

**ESPÉCIE:** 1º Termo Aditivo ao contrato 06/09 - COMEC

**PARTES:** Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e a empresa Catedral Construções Cíveis Ltda.

**OBJETO:** Alteração Contratual para fins de Aditivo de valores e prorrogação do prazo de execução e vigência, na forma justificada e autorizada nos protocolos nº 10.405.252-5 e 10.531.967-3.

**DO VALOR:** Fica acrescido ao Contrato Originário a importância de R\$ 605.739,53 (seiscentos e cinco mil, setecentos e trinta e nove reais e cinquenta e três centavos).

**DO PRAZO:** Fica Prorrogado o prazo de execução e vigência por mais 90 (noventa) dias.

**DAS DEMAIS CLÁUSULAS:** Permanecem inalteradas as demais cláusulas contratuais.

**ASSINATURA:** 30 de julho de 2010.

**MARIA LETIZIA J. ABBATE FIALA**  
Diretora Presidente